

Unidos “na força do ódio”: identidades coletivas forjadas a partir do ódio ao outro

Rafael da Silva Marques FERREIRA²⁸

Considerações iniciais

Desde a vitória de Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2018 para a presidência da República, que o Brasil vem acompanhando um aumento progressivo na formação de grupos ligados à extrema direita alinhados, portanto, a ideais supremacistas. Segundo a antropóloga Adriana Dias, em participação no Podcast “Isso é Fantástico” (janeiro de 2022), houve, nos últimos três anos (ou seja, exatamente durante a gestão Bolsonaro), um crescimento de 270% no número de organizações neonazistas no País. A partir desse fato, busco analisar alguns enunciados proferidos tanto pelo

28 Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – ES. Professor efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo *campus* Avançado Viana. E-mail: rafael.ferreira@ifes.edu.br

próprio presidente quanto por seus apoiadores, e por personalidades midiáticas de expressivo alcance cujos discursos apontam para construções ideológicas de intolerância, desumanização e aniquilação de minorias étnico-raciais, sexuais e de gênero.

Objetivo compreender como a simbologia ambígua que tais discursos promovem pode mobilizar afetos, criar e consolidar laços e identidades coletivas. Para tal, proponho um diálogo com o pensamento dos filósofos Judith Butler (2021, 2021a) e Mikhail Bakhtin (1981, 2011), e do linguista Dominique Maingueneau (2008, 2014) principalmente. A partir de algumas noções e categorias que propõem – o dialogismo constitutivo dos enunciados concretos, o signo ideológico e sua não fixação semântica; o discurso de ódio e a consequente formação de grupos supremacistas a partir dele; *thesaurus*; particitação; e a responsabilidade do sujeito que enuncia/cita/atualiza os discursos odiosos – busco construir uma argumentação a fim de lançar luz sobre a atual situação social brasileira que influencia, forte e diretamente, o jogo político e, assim, esperançosamente, contribuir para sua transformação.

O discurso de ódio

Em sua obra “Discurso de ódio: uma política do performativo”, a filósofa norte-americana Judith Butler (2021) reconhece que a linguagem possui uma força capaz de agir violentamente sobre as pessoas e que este potencial violento está ligado ao fato de sermos, basicamente, seres de linguagem, ou seja, seres que necessitam da linguagem para existir e para criar sentido sobre si, sobre o(s) outro(s) e sobre os mundos físico e social. Entendo, portanto, a partir da filósofa, o discurso de ódio como a atividade comunicativa entre interlocutores capaz de, de alguma forma, concretizar o potencial violento da linguagem.

Afastando-se da tentativa de apontar quais enunciados possuíam ou não tal capacidade, Butler investiga o motivo pelo qual a linguagem pode ferir. Em outras palavras: não importaria listar **o que** é violento na linguagem, mas **por que** determinados enunciados são verdadeiras agressões. Isso porque, segundo a filósofa, o aspecto violento da linguagem não decorre da palavra em si, mas do **modo** como tal palavra é enunciada, como tal ofensa é proferida.

Entender a maneira como o discurso de ódio opera é muito mais complexo do que simplesmente retomar o contexto no qual foi proferido, isso porque, por mais detalhada que seja a reconstituição de um contexto determinado, o sentido da injúria, explica Butler, está totalmente ligado à “situação total de fala”. Muito mais complexa e completa que o momento exato em que uma enunciação acontece, a situação total de fala é um aspecto que retoma, de forma condensada, todas as situações em que a ofensa foi perpetrada anteriormente, e que também aponta para todas que a sucederão.

Por isso um enunciado injurioso não pode ser efetivamente compreendido se não vinculado com a história, uma vez que não retira suas forças de eventos pontuais, mas de convenções, a ponto de assumirem forma de verdadeiros **rituais**. Em suma, o discurso de ódio é formado por enunciados repetidos no tempo, de modo que seus efeitos extrapolam o momento da enunciação em si.²⁹ Há, portanto, uma dinâmica dialógica entre o discurso injurioso efetivamente enunciado no presente, todos os que lhe foram anteriores – aos quais responde – e todos os futuros com os quais se relaciona.

29 “O ‘momento’ no ritual é uma historicidade condensada: ele excede a si mesmo em direção ao passado e ao futuro, é um efeito de invocações prévias e futuras que simultaneamente constituem a instância do enunciado que dela escapam” (BUTLER, 2021, p. 15).

A ciência linguagem humana, com foco nos estudos de vertente bakhtiniana, aponta para a impossibilidade de posicionamento a respeito de um assunto sem que haja – ainda que de modo inconsciente – a relação do ponto de vista novo aos demais que o precedem, pois tudo aquilo que é dito ou escrito remete, obrigatoriamente, a outro(s) enunciado(s), e já traz em si a semente da resposta, da contrapalavra.³⁰ Essa não é uma característica exclusiva de um tipo de enunciado, “mas é a dimensão constitutiva de qualquer ato de palavra, de discurso” (PONZIO, 2010, p. 37); logo, o **dialogismo** representa a própria condição de existência dos enunciados, já que para que o diálogo se dê, não é sequer necessário que um enunciado saiba da existência do outro.³¹

Como produto desse fenômeno, o momento de proferimento da injúria nunca está delimitado pela localidade e temporalidade da enunciação específica. O discurso de ódio extrapola o seu contexto imediato: não se trata de um mero ato de fala singular, proveniente de um sujeito único e que controla, soberanamente, os sentidos dos enunciados que produz, mas de uma corrente discursiva ritualística de contínuas repetições, cuja primeira e última enunciações são impossíveis de se localizar fixamente, na qual cada novo discurso injurioso condensa toda a historicidade contida naquela palavra ou gesto.³²

30 “Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. (...) Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmo; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 296-297).

31 “Dois elementos alheios confrontados, que não se conhecem e toquem levemente o mesmo tema (ideia), entram inevitavelmente em relações dialógicas entre si. Eles se tocam no território comum do tema comum, do pensamento comum” (BAKHTIN, 2011, p. 320).

32 “Nesse sentido, um “ato” não é um acontecimento momentâneo, mas

A intenção de quem profere um discurso injurioso não é apenas ofender ou ferir momentaneamente o seu alvo, mas minar, desvalorizar e rebaixar a outra pessoa ou grupo para estabelecer sua inferioridade, desigualdade e desvalor em relação ao enunciador.³³ Como resultado, o discurso de ódio debilita a forma da pessoa (ou grupo) funcionar socialmente, pois inflige feridas ao mesmo tempo psíquicas, corporais e sociais. Butler (2021a) é categórica ao afirmar que discurso não é apenas expressão; é conduta, conduta prejudicial, nesse caso.³⁴

Quando usamos os mesmos termos para identificar danos físicos e aqueles resultantes de ofensas puramente discursivas, o fazemos não por uma espécie de pobreza lexical, mas, segundo a autora, pelo fato de que ser nomeado é algo tão essencial à condição humana quanto a própria existência física. Essa necessidade é tamanha a ponto de a linguagem ser capaz tanto de constituir quanto ameaçar a existência do ser:

Se a linguagem pode sustentar o corpo, pode também ameaçar a sua existência. Assim, a questão em torno das maneiras específicas pelas quais a linguagem faz ameaças de violência parece estar ligada à dependência original que todo ser falante tem em virtude do chama-

uma rede de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento em que ela ocorre” (BUTLER, 2021, p. 32-33).

33 “*They seek not only to land a linguistic blow and to cause suffering for de moment, but to undermine action, to devalue and debase the other person, or group, that is addressed – or figured to addressed – to establish their inferiority, and lack of value in comparison with those whose speech is meant to inflict that injury. The injury consists not only in the feeling of suffering, but also in the loss of rights and standing, the loss of equality as well as freedom*” (BUTLER, 2021a, p. XX).

34 “*it’s not only expression, but conduct: it acts on people in injurious ways*” (BUTLER, 2021a, p. XVI).

mento interpelativo e constitutivo do Outro (BUTLER, 2021, p. 18).

Retomando o conceito de interpelação de Louis Althusser, Butler apresenta a noção da **função criadora da linguagem**: uma vez nomeados, somos inseridos em uma forma de existir específica na sociedade, o que viabiliza que nos tornemos **sujeitos** naquele espaço. Em contrapartida, ficamos irremediavelmente dependentes do Outro que realizará a interpelação. Nesse sentido, a nomeação é também, em si, ritualística, pois repete o ato primeiro que nos inseriu na sociedade. Em contrapartida, possui a capacidade de nos arrancar do contexto em que nos inserimos e nos jogar em uma outra realidade completamente desconhecida e nova, mas nem sempre melhor que a anterior, como no caso das interpelações injuriosas.

Ser chamado de forma injuriosa não é apenas abrir-se a um futuro desconhecido, mas desconhecer o tempo e o lugar da injúria, desorientar-se em relação à própria situação como efeito desse discurso. O que se revela no momento de tamanha ruptura é exatamente a instabilidade do nosso “lugar” na comunidade de falantes; podemos ser “colocados em nosso lugar” por esse discurso, mas esse lugar pode ser lugar nenhum (BUTLER, 2021, p. 15-16).

Nem sempre esses discursos circulam de forma explícita. Há casos que, ainda que para muitos, à primeira vista, pareçam inofensivos, atuam como disseminadores de ideias bastante perigosas.

Discursos “Cavalo de Troia”

Domingo, 16 de janeiro de 2022. O *Fantástico* noticia que, em apenas três anos, o número de grupos neonazistas aumentou 270% no Brasil. A matéria especial³⁵ apontou aspectos importantes desse nefasto e aterrador fenômeno: características gerais dos grupos, formas de organização, presença e atuação em todas as regiões do território brasileiro... Entretanto, um aspecto não mencionado, mas bastante claro é que o crescimento vertiginoso de grupos supremacistas no Brasil teve seu início alinhado à gestão Jair Bolsonaro. O ano em que Bolsonaro (e o bolsonarismo) assume a presidência marca o começo da ascensão de organizações brasileiras fundadas pelo ódio ao outro.

Longe de afirmar de maneira categórica, direta e definitiva que Bolsonaro como presidente é a única causa para tal consequência, buscarei mostrar como os discursos do então presidente e de seus apoiadores são capazes de contribuir para a construção de identidades coletivas, nas quais o ódio atuaria como uma espécie de “cola social”, catalisando a organização dos grupos aos quais o mapa elaborado pela antropóloga e professora Adriana Dias (que serve de base para a matéria supracitada) faz referência.

Objetivo, portanto, preencher a lacuna (proposital?) existente na reportagem do programa *Fantástico* relacionando o discurso bolsonarista/supremacista ao aumento em quase 300% do número de grupos que professam ódio e propõem o aniquilamento de negros, judeus, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIA+ e nordestinos, apenas para citar alguns de seus alvos.

35 Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Janeiro de 2020. O então Secretário da Cultura do governo Bolsonaro, Roberto Alvim, divulga, em suas redes sociais, vídeo em que copia trechos do discurso do ministro da Propaganda nazista Joseph Goebbels. Com trilha do compositor favorito de Adolf Hitler (Richard Wagner), Alvim, plagiando Goebbels, diz: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa [...] ou então não será nada”. O ministro da Propaganda do *führer* nazista, havia dito: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferrenhamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande *páthos* e igualmente imperativa (...) ou então não será nada”.



Figura 1: Pronunciamento de Roberto Alvim. Fonte: El País Brasil.³⁶

Abril de 2020. Em sessão no Senado Federal, Filipe Martins, assessor especial para assuntos internacionais do governo Bolso-
36 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em: 01 mar. 2022.

naro, reproduz um gesto considerado supremacista: com o indicador colado ao polegar formando o círculo da letra “P” e os três dedos restantes esticados formando o “W”, Martins reproduziu um gesto que, poderia ser facilmente confundido com um “OK”, mas foi considerado obsceno pelos parlamentares e também é associado a uma saudação utilizada por supremacistas brancos norte-americanos, já que a mão nesta configuração forma as letras WP, iniciais da expressão “*white power*” (“poder branco”, em inglês).



Figura 2: Filipe Martins em sessão do Senado Federal em abril de 2020.³⁷

Maio de 2020. O próprio Jair Bolsonaro, em uma de suas tradicionais transmissões ao vivo por meio de rede social, levanta um copo de leite e afirma estar, com esse gesto, fazendo uma homenagem aos produtores de leite do Brasil. Por outro lado, esse mesmo gesto pode ser facilmente lido como um símbolo da supremacia branca por parte de grupos de extrema-direita dos Estados

³⁷ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/09/interna_politica,1275079/mpf-denuncia-felipe-martins-por-gesto-supremacista-branco.shtml. Acesso em: 02 mar. 2022.

Unidos já que “Além da cor do alimento, esses grupos justificam o simbolismo se baseando erroneamente em artigos acadêmicos que indicariam que pessoas brancas conseguiriam digerir a lactose com mais facilidade do que pessoas negras”.³⁸ O mesmo gesto foi repetido, no mesmo dia, pelo comunicador Allan Santos, em seu canal no YouTube, *Terça Livre*. Allan comenta acerca da *live* de Bolsonaro, não cita os pecuaristas e, com o copo de leite em risete em uma mão, um cigarro em outra e um sorriso no rosto, diz: “Entendedores entenderão”, sugerindo que a mensagem veiculada seria alcançada apenas por aqueles que possuíssem determinadas informações.



Figura 3: Jair Bolsonaro e Allan dos Santos brindam com copos de leite.³⁹

Os quatro gestos têm em comum o fato de atuarem no nível da sugestão. Percebe-se que há uma clara intenção em deixar ambígua a possível simpatia/alinhamento ao pensamento totalitário supre-

38 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/poder-branco-kekistao-copo-de-leite-conheca-os-simbolos-usados-pela-extrema-direita-24941132>. Acesso em: 02 ago. 2022.

39 Disponível em: <http://www.tonygoes.com.br/2020/05/entendedores-entenderao.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

macista. Quando confrontado, Alvim afirmou nas redes sociais se tratar de uma “coincidência retórica”, atribui o fato à busca feita por sua equipe no Google e que não citou Goebbels “e jamais o faria”. A configuração dos dedos de Filipe Martins pode ser lida tanto como “OK” quanto como “WP”. Bolsonaro saúda os pecuaristas brasileiros e bebe leite em transmissão ao vivo para, segundo o próprio, estimular o consumo do produto. O mais ousado – porém ainda vago – é Allan dos Santos que, em diálogo com o gesto do presidente, aponta no sentido de que o que ele mostra não é tudo o que ele diz, há algo a mais, escondido e acessível a apenas uma parcela específica da população: os “entendedores”. Não por acaso, algum tempo depois, outras pessoas – possivelmente, pessoas que entenderam o que estava sugerido – sentiram-se à vontade para expressar mais abertamente as suas convicções.

Fevereiro de 2022. O então apresentador do *Flow Podcast*, Bruno Monteiro Aiub, conhecido como Monark, afirma, em um episódio que contava com a presença dos deputados federais Tabata Amaral (PSB-SP) e Kim Kataguiri (DEM-SP), que o Brasil deveria permitir a existência formal e protegida por lei do partido nazista. Dias depois do ocorrido, o jornalista Adrilles Reis Jorge, em um programa de televisão em que se debatia o caso que envolvia Monark, supostamente, faz um gesto nazista em que estende a mão para o alto em movimento similar ao “*Sieg Heil*”, uma saudação nazista usada por Hitler, que, em alemão, significa “viva a vitória”. Afastado do Podcast, Monark divulga um vídeo em suas redes sociais afirmando-se bêbado no momento da declaração; e Adrilles, após ser demitido da rádio em que trabalhava, também grava uma declaração em vídeo na qual afirma ter sido mal interpretado, que o gesto era apenas “Um tchau irônico, galhofeiro”.



Figura 4: Adrilles Jorge, ao centro, faz gesto similar à saudação nazista.⁴⁰

Discursos de caráter neonazista não são um fenômeno dos últimos anos, o que se mostra como novo é a naturalidade com que é publicamente declarado, por autoridades e por civis, de modo velado ou nem tanto... Posições, falas e atitudes que antes eram malvistas e, portanto, não encontravam espaço no debate público saem dos esgotos da comunicação e passam a ser expressas sem vergonha ou pudor algum; pelo contrário, são realizadas com orgulho e até certo alarde, ainda que travestidas de atos inofensivos. O discurso de ódio tomou conta da cena pública brasileira e, surpreendentemente, encontra em figuras centrais de seu próprio governo alguns de seus principais enunciadores.

O discurso de ódio, como apresentado nos exemplos anteriores, pode vir de forma disfarçada. Feito um “Cavalo de Troia”:

40 Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/02/09/antes-de-ser-demitido-por-suposta-saudacao-nazista-adrilles-negou-racismo.htm>. Acesso em: 01 mar. 2022.

uma ação que aparentemente não apresenta risco algum traz em si o germe da morte, pois carrega sentidos ocultos, alcançados por aqueles que comungam daquelas ideias, uma vez que compartilham o mesmo horizonte da ideologia que preenche e anima gesto, tornando-o **signo**.

Dentro da perspectiva bakhtiniana, somente alcançamos o mundo por intermédios dos signos – entidades concretas que, imbuídas de conteúdo ideológico permitem a construção dos sentidos de tudo que há. Segundo essa teoria, tudo aquilo que possui materialidade concreta pode experimentar uma materialidade semiótica ao adquirir função ideológica.⁴¹ Esse processo é inteiramente social, ou seja, signos surgem e são interpretados no interior dos complexos processos que caracterizam as trocas em sociedade.

A depender do horizonte ideológico a partir do qual o signo é criado, um mesmo ente ou evento concreto pode promover efeitos de sentido diferentes. Cada grupo social, a partir dos acordos tacitamente firmados, experimenta e constrói a vida de modo particular, possibilitando a consolidação de diferentes verdades envolvendo um mesmo signo ideológico.

Essas várias verdades equivalem aos diferentes modos pelas quais o mundo entra no horizonte apreciativo dos grupos humanos. Como resultado da heterogeneidade de sua práxis, os grupos humanos vão atribuindo valorações diferentes (e até contraditórias) aos entes e even-

41 “Cada signo não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 1981, p. 33).

tos, às ações e relações nela ocorrentes. É assim que a práxis dos grupos humanos vai gerando diferentes modos de dar sentido ao mundo (...), que vão se materializando e se entrecruzando no mesmo material semiótico (FARACO, 2010, p. 51, destaque do autor).

Por isso os envolvidos estão jogando com as enunciações produzidas. Eles constroem seus discursos a partir de elementos que, a depender do espectro ideológico de quem recebe tal mensagem, haverá um efeito de sentido diferente, sendo possível enunciar um discurso à primeira vista inofensivo, mas que guarda em seu interior mensagens extremamente perigosas. Além disso, esses discursos de ódio enviados de forma cifrada funcionam como elemento identitário e, portanto, aglutinador de todos que com eles se identificam; dando, assim, unidade de grupo àqueles que Allan Santos chamou de “entendedores”.

Todos que se veem representados pelos ideais aos quais os símbolos performados por Roberto Alvin, Filipe Martins, Bolsonaro, Allan Santos e Adrilles Jorge fazem referência se reconhecem como unidades de uma comunidade que, dadas as facilidades trazidas pelas redes sociais digitais, conseguem se organizar e praticar as atrocidades contra todos aqueles que consideram menos humanos que eles próprios. Tudo isso legitimado pelo discurso de autoridades políticas, que se valem da inexistência da fixação dos sentidos nos signos para, ao mesmo tempo, mandar um recado claro a esse grupo de “entendedores”, e esquivar-se de uma possível acusação de apologia ao nazismo, ato considerado crime no Brasil.

Nesses processos enunciativos, os locutores fazem referências a discursos de outrem que, mesmo sem identificação de fonte ou explicitação de que se trata de um processo de citação, são reco-

nhecidas como tal por um grupo restrito de pessoas; cada integrante desse grupo adere ao enunciado tão fortemente, a ponto de percebê-lo como algo que poderia/deveria ter sido fruto de sua própria enunciação⁴² já que este se trata de um componente do corpo de enunciados partilhados por uma comunidade discursiva: o seu *thesaurus*.⁴³ A esse processo de citação que mobiliza de modo específico o aparelho enunciativo, capaz de engendrar uma coletividade identitária por meio do discurso recebe o nome de **participação**, amálgama de “participação” e “citação” feita por Dominique Maingueneau (2008, 2014).

Valendo-se da impossibilidade de fixação semântica do signo ideológico, o bolsonarismo constrói seu discurso para que somente aquele que compartilha de um dado horizonte ideológico alcance o sentido supremacista, perceba-se oficialmente representado e busque, na sociedade, pelos seus iguais. Tal movimento discursivo, assentando-se na participação, reúne todas as pessoas que alcancem seu conteúdo odioso em um grupo coeso, fomentando e fortalecendo o movimento neonazista brasileiro, conforme apontam os dados.

Tudo isso orquestrado – com mais ou menos refinamento – a fim de, se descoberto o esquema, ser possível a apresentação de argumentos em favor da defesa (como foi feito nos casos citados), para que os envolvidos não sejam presos ou sofram nenhuma outra forma de sanção legal à altura (como ocorrido nos casos citados). Haveria, pelo menos, dois sentidos coexistindo nas enunciações: o primeiro para os aliados, ideologicamente alinhados; e o segundo

42 “o locutor cita o que poderia/deveria ser dito pelo alocutário” (MAINGUENEAU, 2014, p. 70).

43 “um tesouro de enunciados de contornos mais ou menos fluidos indissociável de uma comunidade onde esses enunciados circulam e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar tal tesouro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 94).

cuja função principal seria eximir, quando necessário, seu enunciador da responsabilidade pelo seu ato.

Sem álibis

Ainda que não seja senhor absoluto de suas ações, todo ser humano possui, em maior ou menor grau, gerência sobre seus atos. Excetuando situações extremas de coação ou algo dessa natureza, qualquer ato humano é fruto de uma vontade, espontânea ou motivada, do indivíduo. Todas as formas de agir dos sujeitos – mesmo aquelas ligadas puramente ao pensamento – são oriundas de atividades reais de pessoas concretamente definidas que, do lugar específico do mundo físico e social que ocupam, produzem seus atos e, portanto, por eles devem ser responsáveis.

É a partir dessa premissa que Bakhtin constrói a noção de **ato ético responsável**.⁴⁴ O conceito de **ética**, neste contexto, está ligado ao agir do sujeito no mundo, à ocupação que este faz do seu lugar no mundo, que é único e intransferível e, portanto, pelo qual é diretamente responsável.⁴⁵ Não há pretensão de, com isso, instituir o sujeito como fonte primeira do ato; este certamente será uma resposta a um ato anterior, com vários outros irá se relacionar e, a

44 “E tudo em mim – cada movimento, cada gesto, cada experiência vivida, cada pensamento, cada sentimento – deve ser um ato responsável; e somente sob esta condição que eu realmente vivo, não me separo das raízes ontológicas do real” (BAKHTIN, 2012, p. 96).

45 “[...] eu ocupo no existir singular um lugar único, irrepetível, insubstituível e impenetrável da parte de um outro. Neste preciso ponto no qual agora me encontro, nenhuma outra pessoa jamais esteve no tempo singular e no espaço singular de um existir único. (...) Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. A singularidade do existir é irrevogavelmente obrigatória” (BAKHTIN, 2012, p. 96).

depender de sua natureza, atuará como uma repetição ritualística de outro(s), como visto no caso daqueles que compõem os discursos de ódio (BUTLER, 2021). Entretanto, nada disso exime o sujeito da responsabilidade de ter praticado o ato, pois é nele que o indivíduo corrobora e torna seu um determinado conteúdo:

*Nenhum conteúdo seria realizado, nenhum pensamento seria realmente pensado, se não se estabelecesse um vínculo essencial entre o conteúdo e o seu tom emotivo-volitivo, isto é, o seu valor realmente afirmado por aquele que pensa. Viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa, antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva. O verdadeiro pensamento que entoa em tal entoação penetra de maneira essencial em todos os momentos conteudísticos do pensamento. O tom emotivo-volitivo envolve o conteúdo inteiro do sentido do pensamento na ação e o relaciona com o existir-evento singular. (...) **A verdade em si deve tornar-se verdade para mim** (BAKHTIN, 2012, p. 87, destaque meu).*

Essa aprovação e consequente adesão a um determinado discurso se materializa pelo modo como nos apropriamos da fala de outrem ao citá-la em nossos próprios enunciados. Bakhtin e Volóchinov (1981), quando analisam as formas de organização do discurso citado sob a ótica enunciativa, concluem que toda apropriação do discurso de outrem é mais do que uma incorporação do dito do outro, mas antes um comentário sobre o citado. Não é enunciado apenas **o que**, mas também **sobre** o que é citado.⁴⁶ O

46 “O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação*

novo sentido que a citação assume relaciona-se diretamente com a situação em que a enunciação citante ocorre e com o projeto de dizer do falante, que toma emprestado do outro as palavras que, naquele contexto, assume ativamente como suas.

Os sujeitos, quando vêm para a sociedade, encontram os constructos ideológicos e os valores culturais já estabelecidos, o trabalho de toda consciência se resume em identificar quais dos conteúdos previamente estabelecidos são válidos para a sua existência particular (BAKHTIN, 2012). Tal apropriação será concretizada pelo ato; nele, de acordo com Bakhtin, as noções morais recebem significação contextualizada com foco nos sujeitos reais que dele participam. Assim, toda apropriação dos princípios existentes feita por um ser humano é entendida como um ato singular, irrepetível e cuja responsabilidade recai sob o seu agente.⁴⁷

Embora o sujeito não seja a origem do que está sendo dito, ainda assim ele é responsável por atualizar o discurso de ódio que veicula, pois o sujeito é responsável por todos os momentos constituintes de sua vida justamente porque todos os seus atos são éticos. A vida, nos ensina Bakhtin, não admite desculpas, fugas ao espaço único que se ocupa na singularidade do existir e do qual se enuncia, pois a existência não admite alibis: “É apenas o não-álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real” (BAKHTIN, 2012, p. 99).

Ao contrário do que se poderia afirmar, com base na ideia do discurso de ódio como uma cadeia sem origem nem fim estabelecidos (ou seja, como algo que não nasce do indivíduo, e sim se condensa momentaneamente nele), Butler (2021) não afasta a ideia de

sobre a enunciação” (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 1981, p. 144, destaque dos autores).

47 “O sujeito não é “fantoche” das relações sociais, mas um agente responsável por seus atos e responsivo ao outro” (SOBRAL, 2009, p. 124).

que o sujeito é responsável pelo que diz. Para ela, a citacionalidade do discurso contribui para aumentar e intensificar nosso senso de responsabilidade: “Quem anuncia o discurso de ódio é responsável pela maneira como ele é repetido, por reforçar esse tipo de discurso, por restabelecer contextos de ódio e de injúria” (BUTLER, 2021, p. 54).

Liberdade para quê?

Muito além de uma mera forma de representar o real, a linguagem é capaz de agir sobre as pessoas. Quando essa ação é perniciosa e violenta, caracterizamos os enunciados como formadores de um discurso de ódio. Apesar de ser crime em nosso país a produção e veiculação de discursos de natureza neonazista, nosso sistema judiciário ainda deixa muito a desejar no sentido de punir adequadamente quem comete tal infração. Obviamente, que existem outros fatores que influenciam diretamente nesse resultado: o Brasil é um país extremamente machista, classista e racista, e, normalmente, quem defende esse discurso pertence a uma classe social, um gênero e possui uma cor de pele bastante específicos, o que torna a impunidade o resultado mais comum.

O neonazismo existe desde o final de Segunda Guerra Mundial, mas durante muito tempo teve a circulação de suas ideias restrita a grupos relativamente pequenos e cujo número, apesar de preocupante, era inexpressivo no cenário brasileiro. Talvez essa tenha sido uma das causas de seu crescimento: não foi dada a atenção devida e não houve ações sérias no sentido de derrotá-lo quando ainda estava fraco. Fato é que seu crescimento ocorre de modo exponencial, tendo como uma de suas causas o discurso propositalmente ambíguo empreendido por pessoas do governo federal ou a ele ligado.

Recados invisíveis para a maior parte da população que não conhece a simbologia por trás do ato são enviados àqueles de inclinação neonazista. Tal qual um apito para cachorro emite um som em uma frequência inaudível para os ouvidos humanos, ao realizar as ações que aqui descrevemos, Bolsonaro e seus aliados/simpatizantes enviam recados em uma “frequência” que somente seus “cães” conseguirão ouvir.⁴⁸ Dentro da dinâmica discursiva criada, o ódio é empregado para fins políticos, pois por meio dos sinais emitidos, cujos conteúdos semânticos não estão dados, cada grupo alcançaria um dado sentido e aqueles que os compreendem como sinais de supremacistas conseguem neles se reconhecer, dando mais corpo ao movimento, aumentando assim sua influência e, conseqüentemente, (re)elegendo os seus pares.

O direito à liberdade de expressão é quase sempre o argumento utilizado por aqueles que são acusados de enunciar discurso odioso, o que, ao meu ver, demonstra duas confusões, principalmente: a primeira é imaginar que o direito à livre expressão é superior aos outros direitos inalienáveis de todo ser humano, como o direito à vida e à segurança, por exemplo; o segundo equívoco está em confundir “liberdade de expressão” com “liberdade para opressão”. Como visto, as palavras não apenas expressam fatos, mas também agem sobre os sujeitos, quando essa ação é negativa, trata-se de violência, de opressão e, em uma sociedade que se quer civilizada, as pessoas não deveriam ser livres para praticar atos violentos sem conseqüências à altura.

Busca-se liberdade para poucos e com objetivos bastante específicos:

48 Com exceção de Monark que declarou, explicitamente, seu apoio à criação de um partido nazista no Brasil.

“freedom” belongs presumptively to those who seek to maintain their superiority and exemplarity through such expression (...) Thus, those who exemplify the doctrine of free speech at its limit enjoy the freedom actively to debase others and to establish or reproduce their social superiority through such expressions (BUTLER, 2021a, p. XIX-XX).

Se o que se almeja é mesmo a liberdade de expressão, o discurso de ódio deve ser combatido por todos, pois ele, por si só, torna difícil – se não impossível – que qualquer pessoa vítima de sua atuação violenta exerça plenamente tanto seu direito de circulação quanto de expressão. Visões de mundo divergentes sempre existirão, mas combater discursos que defendem a superioridade de um grupo e a exclusão completa de outro da convivência social é um passo necessário se quisermos uma sociedade verdadeiramente livre para todos.

Considerações finais

Historicamente falando, a sociedade brasileira tem suas bases construídas em relações de dominação de um grupo sobre outro(s) que tiveram como resultado atrocidades sem precedentes: a escravidão das pessoas sequestradas de países africanos e a dizimação de populações indígenas inteiras. Somado a eles, está ainda um outro evento histórico também bastante emblemático e aterrador: a ditadura militar que, por mais de vinte anos, foi responsável pela tortura, morte e desaparecimentos de milhares de pessoas no Brasil.

A base comum desses três momentos da nossa história é a divisão binária dos seres humanos a partir de critérios aleatório e unilateralmente definidos, que tinham como um dos objetivos determinar quais corpos poderiam continuar existindo e sob que condições. De um lado, o homem branco, europeu, cristão, auto-declarado conquistador das águas, terras e de tudo que nelas havia; do outro, sociedades tribais de Pindorama⁴⁹ e da África com cultura e formas de organização complexas, diversas e únicas, porém apagadas da narrativa histórica eurocêntrica imposta como a oficial. Na esteira dos acontecimentos, em um segundo momento, de um lado, os militares e os civis que compartilhavam de sua visão de sociedade; de outro, os degenerados, os transviados, os comunistas, os insurgentes que precisavam ser detidos, silenciados, exilados e (por que não?) exterminados para a manutenção da ordem pública.

Acredito que a escravidão, o processo de aculturação e extermínio de populações indígenas bem como a ditadura militar brasileira nunca foram devidamente encarados nem os seus processos violentamente nefastos, apropriadamente discutidos pelo Brasil enquanto nação. Tal qual há o Museu do Holocausto na Alemanha, não há nada com grande expressividade no nosso país para simbolizar e nos lembrar desse verdadeiro tripé da morte fundado na segregação dos indivíduos. Como bem apontou o filósofo inglês Edmund Burke: “Um povo que não conhece sua história está fadado a repeti-la”.

Psicanaliticamente falando, sempre quando uma questão não é enfrentada por um indivíduo, ocorre o processo que Freud batizou como “recalcamento” (ou repressão) que, em linhas muito gerais, é

49 Em tupi-guarani significa “terra das palmeiras”. Esse nome foi usado por algumas tribos indígenas, no período anterior à chegada dos portugueses, para designar a nossa terra.

uma defesa mental do sujeito que, ao se deparar com conteúdos incompatíveis com o seu “eu”, os reprime para camadas inconscientes de sua psique. Entretanto, como afirma o fundador da psicanálise (2005), o recalçado, de alguma forma, se sintomatiza, ou seja, o conteúdo reprimido no inconsciente toma forma no consciente por meio de seus produtos: os sonhos ou os sintomas neuróticos.

Em diálogo com esse conceito, acredito que nós, enquanto sociedade, recalcamos nosso passado sangrento, assassino, vergonhoso e abominável. Tal repressão, retorna em forma de um sintoma neurótico coletivo que representa um dos fatores responsáveis pela promoção de uma divisão simplista e maniqueísta de toda uma nação:

Cria-se, de um lado, o “cidadão de bem”, trabalhador (ou proprietário) e ordeiro e, de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem. Por meio da combinação do medo com a percepção de uma força acima das leis, legitima-se a violência. A norma se impõe pela força (e apoia-se nas leis) e sua lógica é a da produção do anormal, do patológico, em relação ao qual ela deve agir com rigor para curá-lo, eliminá-lo ou, ao menos, anulá-lo (TELES, 2018).

Tais criações, como sabido, são da ordem do discurso. Identidades coletivas construídas a partir de uma falaciosa superioridade de um grupo em relação a outro. O discurso de ódio está presente no nosso país desde a sua fundação exploradora e escravagista. O ano em que este texto é escrito – 2022 – marca o fim do governo Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019; entretanto, infelizmente,

não marca o fim das ideias defendidas – ainda que por vezes de modo velado – pelo bolsonarismo. Entretanto, conseguir identificá-las, mesmo quando difundidas em uma “frequência” inaudível para quem não compartilha de seu horizonte ideológico, é o primeiro passo para fazer com que esse discurso fracasse e, assim, possa ser devidamente combatido.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro e João, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética de Criação Verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Traduzido por Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- BUTLER, Judith. Preface to the Routledge Classics Edition. In: *Excitable Speech*. Nova Iorque: Routledge, 2021a.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2010.
- FREUD, Sigmund. A repressão. In: *Obras Completas - volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 61-112.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. Tradução Sírio Possenti et alii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PONZIO, Augusto. *Procurando uma palavra outra*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade

moral do sujeito. *Bioethikos*. São Paulo, v.3(1), n.1, 2009, p. 121-126.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

